

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.236.808 - RJ (2017/0330050-0)

AGRAVANTE : OLAM BRASIL LTDA
ADVOGADOS : WALDEMAR DECCACHE - RJ046590
VANESSA GRANATO LISBOA E OUTRO(S) - RJ093063
ROBERTA DE AMORIM LIMA - RJ122224
AGRAVADO : COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA - RJ066685
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela Olam Brasil Ltda, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE IMÓVEL. EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA. CUMPRIMENTO.

1. *In casu*, a agravante requer que o valor da cana-de-açúcar e/ou soqueira da mesma, plantadas no imóvel penhorado, caso estejam englobadas na avaliação do bem, sejam depositadas em favor da requerente ou, caso o valor da cana plantada não faça parte da avaliação, que seja determinado que o adquirente respeite a propriedade fiduciária da lavoura da cana até o cumprimento integral da obrigação.

2. No presente caso, o auto de penhora e avaliação do imóvel não abrange a cana-de-açúcar plantada neste imóvel, não sendo, portanto, a plantação da cana objeto de penhora. Desta feita, incabível o pleito para que seja determinado ao adquirente que deposite o valor da lavoura em favor da ora agravante.

3. No que se refere ao pedido para que seja determinado que o adquirente respeite a propriedade fiduciária da lavoura de cana até o cumprimento integral da obrigação, ainda que desconsiderando o argumento utilizado pelo Juízo *a quo* de que o contrato de alienação fiduciária expirou, entendo que o mesmo fora atendido.

4. O Juízo de primeira instância determinou que fosse intimado o leiloeiro para que, no momento da hasta pública, informe a eventuais interessados na arrematação do imóvel denominado "Brejo Grande" que a imissão na posse será deferida na forma indireta, em virtude da existência do contrato de parceria agrícola com a empresa Usina Sapucaia.

5. O eventual arrematante do imóvel penhorado fica obrigado a garantir ao parceiro-outorgado a fiel execução do contrato de parceria agrícola, possibilitando o cumprimento do contrato de alienação fiduciária cujo objeto é a cana-de-açúcar plantada no imóvel.

6. Agravo de instrumento improvido.

Os embargos de declaração interpostos foram parcialmente providos, conforme a seguinte ementa do acórdão:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MATÉRIA DEVIDAMENTE APRECIADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1 – É cediço que os pressupostos de admissibilidade dos embargos de declaração são a existência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão recorrida, devendo ser ressaltado que esse rol determinado pelo artigo 1022, do novo Código de Processo Civil, é taxativo, não permitindo, assim, interpretação extensiva.

2 - Alega a embargante, em síntese, que o acórdão embargado não mencionou a existência do contrato de alienação fiduciária de toda cana de açúcar produzida no imóvel levado a leilão, devidamente averbado na matrícula objeto da construção e que deve ser respeitado pelo adquirente do imóvel.

3 – No caso em questão, inexistente omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que, pela leitura do inteiro teor do acórdão embargado, depreende-se que este apreciou devidamente a matéria em debate, analisando de forma exaustiva, clara e objetiva as questões relevantes para o deslinde da controvérsia.

3 – Depreende-se, pois, que a parte embargante pretende, na verdade, modificar o julgado, com a rediscussão da matéria, e não sanar qualquer dos mencionados vícios. Note-se que somente em hipóteses excepcionais pode-se emprestar efeitos infringentes aos embargos de declaração, não sendo este o caso dos presentes embargos de declaração.

4 - A parte embargante alega, ainda que o acórdão embargado se omitiu em relação ao entendimento equivocado do juízo *a quo* de suposta ilegitimidade da embargante para opor embargos declaratórios ao fundamento de que não é parte na execução fiscal originária. Assiste razão neste ponto. Passo a análise da questão.

5 - Em relação à legitimidade, em virtude das repercussões que o acórdão embargado terão sobre o embargante, este é legitimado, nos moldes do art. 499, § 1º, do CPC, à interposição do presente recurso, assim como foi parte legítima para opor embargos declaratórios no juízo de origem. É titular de interesse jurídico a legitimá-lo, na qualidade de terceiro prejudicado.

6 – Embargos de declaração parcialmente providos.

O valor do débito exequendo constante da inicial da execução fiscal era de Cr\$ 521,727,36, em setembro de 1992 (fl. 63).

No recurso especial, a recorrente aponta a violação dos arts. 489, § 1º, inciso IV, e §3º, e artigo 1.022, incisos I e II, e parágrafo único, inciso I, do CPC/2015.

Sustenta em resumo, que, não obstante a interposição dos declaratórios, o Tribunal de origem quedou-se omissos sobre (i) a questão da inequívoca legitimidade da recorrente para opor embargos de declaração; (ii) a questão da existência de contrato de alienação fiduciária de cana-de-açúcar averbado na matrícula imobiliária, oponível a terceiros eventuais adquirentes do imóvel construído, até que seja cumprida a obrigação.

Ademais, não solveu a contradição relativa ao fato de que na ementa e no voto prevalecente constou que os embargos foram parcialmente providos - para reconhecer a legitimidade da recorrente para interpor os declaratórios -, quando, em verdade, constou na transcrição fonográfica que a Turma entendia pelo acolhimento da omissão relativa à existência do referido contrato de alienação fiduciária.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O recurso comporta provimento, no que toca à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

De fato, a recorrente apresentou questão jurídica relevante, qual seja, a questão da omissão/contradição no que se refere à declaração da existência de contrato de alienação fiduciária de cana-de-açúcar averbado na matrícula imobiliária.

Conforme se verifica das transcrições fonográficas às fls. 523/528, o Tribunal de origem, nos termos do voto do Relator, deu parcial provimento aos embargos para sanar vício de omissão referente à "cópia da certidão de registro de imóveis, em que consta a averbação do instrumento particular de parceria agrícola" (fl. 523). Em voto vencido, restou consignado que "não ficou claro na decisão do Juiz de Primeiro Grau o termo final dessa garantia quanto à alienação fiduciária." (fl. 524).

Não obstante, constou na ementa dos declaratórios que foi dado parcial provimento, apenas no que tange à questão da legitimidade para interpor os declaratórios.

Nesse contexto, diante dos vícios apontados, apresenta-se violado o art. 1.022 do CPC/2015, o que impõe a anulação do acórdão que julgou os embargos declaratórios, com devolução do feito ao órgão prolator da decisão para a realização de nova análise dos embargos.

Com o mesmo diapasão, destaco os seguintes precedentes, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.

OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA ANÁLISE DA DEMANDA. RECURSO ESPECIAL DO MPF PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM A FIM DE QUE SUPRA A OMISSÃO APONTADA, PREJUDICADA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Da análise dos autos, verifica-se de que as alegações apresentadas pelo Ministério Público Federal, em sede de Embargos Declaratórios, especialmente quanto a importância ambiental da área, que abriga espécime raro e as falhas apontada no Estudo de Impacto Ambiental, não foram realmente analisados pela Corte local.

2. Com a oposição dos Embargos de Declaração, foi expressamente solicitada a manifestação do colegiado acerca de tais questões, de forma que lhe cabia analisar o ponto omissivo/contraditório e sanar a irregularidade apontada. Não tendo o Tribunal sequer feito referência a isso, de fato, houve violação do art. 535, II do CPC, o que importa a reforma da decisão.

3. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg no REsp n. 1.221.403/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Dje de 23/8/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. QUESTÃO RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os princípios da fungibilidade recursal e da economia processual autorizam o recebimento de embargos de declaração como agravo regimental.

2. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte de origem deixa de se pronunciar a respeito de questões essenciais ao julgamento da lide, as quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso.

3. Agravo regimental não provido. (EDcl no AgRg no REsp n. 1.561.073/AL, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 18/4/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de anular o acórdão que julgou os embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que se manifeste especificamente sobre as questões articuladas nos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator